

**E
D
I
T
O
R
I
A
L**

A posição da FAESC sobre o Código(*)

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) vem a público manifestar sua posição e, por extensão, a posição das classes produtoras rurais a respeito do Código Ambiental catarinense.

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina agiu corretamente ao aprovar e, o governador Luiz Henrique da Silveira, ao sancionar o Código Ambiental Estadual, interpretando uma necessidade do desenvolvimento agrícola sustentável. O Código harmoniza e assegura a produção de alimentos e a proteção aos recursos naturais, racionalizando normas federais em razão das condições geológicas e geomorfológicas, de clima, topografia e estrutura fundiária do território barriga-verde.

O código estadual foi elaborado com base em argumentos científicos e com a participação de especialistas. Foi submetido a exaustivos debates em todas as regiões do Estado e representa um admirável consenso entre as classes produtoras, o parlamento catarinense e grande parte da sociedade catarinense.

As dificuldades impostas pela legislação ambiental vigente decorrem do caráter federal da lei, aplicada da mesma forma em todas as macrorregiões brasileiras. Essa condição tornou a norma inócua e inaplicável, na prática. Estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) indica que apenas diminuta parcela do território nacional ficariam disponíveis para todas as atividades econômicas se a legislação fosse integralmente cumprida, especialmente o Código Florestal Brasileiro, que é de 1965.

A norma estadual foi criativa, reconheceu as situações consolidadas e estabeleceu parâmetros de proteção que são viáveis e eficazes: protegem

o meio-ambiente sem impedir a produção de alimentos. Nesse aspecto é relevante demonstrar que 41,6% do território catarinense tem cobertura vegetal recuperada, uma situação privilegiada frente a outras unidades da Federação brasileira.

A Faesc está convicta de que o Código catarinense é norma jurídica perfeitamente sintonizada com o artigo 24 da Constituição Federal, segundo o qual, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre floresta, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. Cabe à União definir os preceitos gerais, mas os Estados devem elaborar leis para atender a suas peculiaridades.

Nesse aspecto, é lamentável a retrógrada atitude do despreparado ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, em ameaçar os agricultores que seguirem as normas ambientais do Estado. O ministro desrespeitou os poderes Legislativo e Executivo de Santa Catarina e o próprio Supremo Tribunal Federal, pois somente o STF pode declarar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de norma legal.

Uma tendência que começa a solidificar-se na esfera nacional é a tese segundo a qual cada Estado deve criar seu Código Ambiental, como já o fizeram Santa Catarina e Minas Gerais. A Confederação Nacional da

Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) reunirá os 27 secretários estaduais de agricultura e meio ambiente em Brasília, no próximo dia 28, para defender essa posição que, também, é esposada por muitos parlamentares federais.

A Faesc entende que a elaboração de normas ambientais deve ser balizada por conclusões científicas e não por orientação ideológica. Exemplo marcante, nesse aspecto, é o tamanho da mata

“A Faesc está convicta de que o Código catarinense é norma jurídica perfeitamente sintonizada com o artigo 24 da Constituição Federal, segundo o qual, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre floresta, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”

EDITORIAL

↳ A posição da FAESC sobre o Código

■ Páginas 01 e 02

EVENTOS

■ Página 02

PEQUENAS NOTAS

■ Página 05

FIQUE SABENDO

↳ PGFN e Banco do Brasil assinam contrato para cobrança de R\$ 8,2 bilhões

↳ CNA em Campo no Piauí

↳ Renda agrícola de 2009 reage e pode cair menos do que o esperado

↳ CNA propõe mudanças em legislação ambiental

■ Páginas 03 e 04

NOTICIA DA CNA

↳ Presidenta da CNA quer programas habitacionais no campo

■ Páginas 03

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 14/04/09

■ Página 05 e 06

Informativo Semanal



Nº 547

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
João Ribeiro Crisóstomo - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE
Tom Prado - C.S. Fruticultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

Continuação

ciliar para fins de área de preservação permanente (APP) que, de acordo com conclusões científicas, deve ser definida de acordo com a declividade, profundidade e textura dos solos e não pela largura dos rios e riachos.

Quem ataca o Código catarinense ou é mal informado, ou é mal-intencionado, ou não leu a norma ou – o que é mais provável – não conhece a realidade do multifacetado universo rural e ignora a luta e o sofrimento de 213 mil famílias catarinenses em produzir grãos, leite, carnes, frutas e hortigranjeiros em áreas diminutas, acidentadas e contra dificuldades de ordem climática, técnica, financeira, creditícia e mercadológica, com resultados econômicos baixíssimos e com qualidade de vida deteriorada.

O produtor rural é um ambientalista nato. A nova lei reconhece as situações consolidadas e garante a proteção dos recursos naturais de forma que nenhuma árvore será derrubada, nenhuma corrente de água será poluída.

Somente os que ignoram a complexidade de nosso universo rural criticam a norma estadual e atacam os produtores rurais. Quem conhece a capacidade de produção e trabalho das famílias rurais catarinenses sabe que era uma questão de vida ou morte aprovar uma legislação coerente, racional, justa que harmoniza proteção ambiental com a geração de alimentos.

Santa Catarina praticou um ato de descortino, coragem e visão de futuro.

(*) José Zeferino Pedrozo, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc)

Eventos

Leilão: O 12º Leilão Internacional Luso-Brasileiro acontecerá no dia 16 de maio, no Caudelaria Ilha Verde, em Araçoiaba da Serra – São Paulo. As informações sobre o evento poderão ser obtidas através do site www.cavalolusitano.com.br ou pelo telefone (11) 3297-8060. Participe!

Feira: A Superagro Minas 2009, onde nela está inclusa a 49ª Exposição Estadual Agropecuária; os congressos brasileiros de Reprodução Animal e de Florestas Energéticas, a 12ª Expocachaça e o Ciclo de Aulas Técnicas, realizar-se-á de 27.05 a 07.06.09, no Complexo Parque de Exposições de Gameleira/Expominas, em Belo Horizonte-MG. A Feira constitui hoje um dos mais expressivos eventos do agronegócio de Minas, caracterizada pela diversidade de segmentos que a compõem e vem consolidando seu perfil para prospecção e realização de negócios por empresas expositoras de Minas e de outros estados, fornecedoras de insumos, produtos e equipamentos em geral para as diversas atividades do agronegócio. Informações: site www.superagro.ima.mg.gov.br; e-mail superagro@ima.mg.gov.br e telefone (31) 3334-5793.

Feira: A Bahia Farm Show é a nova vitrine do agronegócio do Oeste da Bahia. Sincronizada com as mais recentes tendências mundiais de tecnologia em máquinas, insumos e implementos agrícolas, a feira, que é uma promoção das empresas Aiba, Abapa, Fundação Bahia e Prefeitura Municipal, será realizada na cidade de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, de 2 e 6 de junho de 2009. Além de exposições estáticas e dinâmicas, palestras e mostra de resultados de pesquisas e experimentos científicos desenvolvidos pela Fundação Bahia, a Bahia Farm Show coloca em evidência o potencial e as vantagens competitivas da região Oeste, que respondem pelo enorme desenvolvimento do cerrado baiano. A feira é, portanto, uma excelente oportunidade de, a um só tempo, adquirir tecnologias e conhecimento para o seu negócio e prospectar novos investimentos naquela que é conhecida como uma das mais novas e promissoras fronteiras agrícolas do Brasil. Promovem o evento, o governo de Minas, a Secretaria de Agricultura, a FAEMG e o SEBRAE-MG. Informações: site: www.bahiafarmshow.com.br; e-mail Alex@aiba.org.br e telefone (77) 3613-8000.

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

O pagamento da contribuição sindical rural é obrigatório e, entre as passíveis sanções, está a cobrança judicial

Presidente da CNA quer programas habitacionais no campo

Com o objetivo de estender aos produtores e trabalhadores rurais os benefícios da Medida Provisória nº 460, de 30/03/2009, que dispõe sobre os contratos de construção de moradias dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, a Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Senadora Kátia Abreu, apresentou quatro emendas que viabilizam a construção de moradias no meio rural. “Precisamos oferecer ao homem rural as mesmas políticas públicas destinadas a quem vive nas cidades, eliminando os vazios institucionais que ainda se mantêm no campo”, disse a senadora.



Uma das emendas apresentadas dispõe que a capacidade financeira dos pequenos produtores rurais será comprovada pela Declaração de Aptidão do Pronaf (DPA) no ato da contratação das operações celebradas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural (PNRH). Desta forma, seria possível solucionar as dificuldades enfrentadas especialmente pelos pequenos produtores para comprovar renda. “Como a Declaração de Aptidão ao Pronaf é o instrumento que identifica os agricultores familiares aptos a realizar operações de crédito rural pelo Pronaf, também pode ser o documento legal que lhes dará acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida”, disse a senadora.

Muitas famílias de pequenos produtores habitam em residências precárias, vivendo até mesmo em um único cômodo. Para que essas famílias possam reformar ou ampliar suas residências, obtendo melhores condições de vida, outra emenda da senadora Kátia Abreu prevê subvenção econômica no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural (PNRH) para construção, aquisição e reforma de um único imóvel para cada mutuário.

Em outra emenda, a senadora propõe que os trabalhadores rurais, por intermédio de suas cooperativas, formem Condomínios Habitacionais Rurais para participar do Programa Nacional Habitacional Rural. O texto dispõe que o número mínimo para a constituição de um condomínio rural será de 20 casas; as habitações terão área útil de construção de, no mínimo, 40 metros quadrados e a área de cada lote das residências tenha cinco mil metros quadrados.

Seu objetivo é atender famílias de trabalhadores rurais, garantindo moradia e terra, fixando-as em seu próprio meio. Deverão ser beneficiadas, prioritariamente, as famílias que comprovarem residência no município e tenham tradição agrícola. Outro objetivo contemplado pela emenda é que cada imóvel tenha uma área onde os proprietários possam desenvolver pequenas atividades agrícolas, como horticultura e avicultura. “O trabalhador poderá melhorar sua qualidade alimentar e até mesmo comercializar excedentes no município”, disse a senadora.

Quanto aos contratos de eletrificação rural operacionalizados no Programa Luz no Campo, segundo emenda da senadora Kátia Abreu, serão transferidos para o Programa Luz para Todos. Seu objetivo é dar tratamento isonômico a esses dois programas. O Programa Luz no campo foi criado por Decreto, em 1999, com a finalidade de promover a melhoria das condições sócio-econômicas das áreas rurais do País. Enquanto esteve em vigor, beneficiou 625 mil produtores rurais, especialmente de pequeno porte.

Atualmente, estes contratos apresentam elevado nível de inadimplência, decorrente não só da queda de renda do setor nas últimas safras, mas especialmente da elevada taxa de juros de 8%, mais variação do IGP-DI, praticada no programa. Além do mais, em 2003, foi criado o Programa Luz para Todos, pelo Decreto 4.873, que embora tenha os mesmos objetivos do Programa Luz no Campo permite o acesso gratuito à energia elétrica.

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

PGFN e Banco do Brasil assinam contrato para cobrança de R\$ 8,2 bilhões

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Banco do Brasil assinaram no dia 8 de abril último, em Brasília, contrato para cobrança de dívida ativa da União, proveniente de crédito rural. O montante estimado da carteira é de aproximadamente R\$ 8,2 bilhões, referentes a 57,6 mil inscrições de 49,2 mil devedores. As dívidas poderão ser liquidadas à vista ou parceladas em até 10 anos, com descontos progressivos de acordo com a Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Para isso, a PGFN publicou no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria nº 643/2009, que determina que a adesão aos benefícios previsto na Lei nº 11.775/2008 deverá ser efetuada até 30 de junho de 2009, no caso de renegociação, e até 30 de dezembro de 2009, no caso de liquidação.

O pedido tem de ser formulado junto à central de atendimento pelos telefones: nas capitais e regiões

metropolitanas: 4003 0494 e nas demais localidades: 0800 880 0494, sendo que vale para os débitos originários de operações de créditos rurais inscritos até 29 de maio de 2009 em dívida ativa da União.

No caso de parcelamento o valor da parcela será acrescido de taxa Selic e a concessão da renegociação independe de apresentação de garantias ou de inclusão de bens.

A consolidação dos débitos incluirá todas as inscrições originárias de operações de crédito rural existentes em nome do devedor no mês do pedido de adesão aos benefícios da portaria. Se após a efetiva adesão à liquidação ou à renegociação surgirem, até 29 de maio de 2009, novas inscrições originárias de operações de crédito rural em nome do devedor, este poderá solicitar nova liquidação ou renegociação.

PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

FIQUE SABENDO !!!

CNA em Campo no Piauí

Conforme informações oficiais prestadas pelo Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí – FAEPI, Carlos Augusto Melo Carneiro da Cunha, o evento “CNA em Campo” no Piauí, alcançou pleno sucesso, conforme correspondência abaixo transcrita, dirigida à FAEC: *“Senhor Presidente, Ainda brotam os ramos resultantes da visita da nossa Presidente Senadora Kátia Abreu ao nosso Piauí para lançar o “CNA em Campo”, no dia 07.03.09 e o Programa “Útero é Vida”, no dia 08.03.09, dia Internacional da Mulher, em homenagem a Mulher Rural, no longínquo povoado Caraíbas, município de Batalha. A nossa presidente plantou o entusiasmo e a esperança para nossa classe, colhendo confiança, admiração e respeito dos produtores. Injetou o ânimo que faltava. Agora é dar continuidade. Foi admirável o comportamento dos companheiros tradicionais e da exigente fatia dos Agricultores do Cerrado, que fazem lavoura com tecnologia avançada. Nasceram soluções para todos os problemas, balançou a classe governante, os políticos e as autoridades que controlam o sistema produtivo. Nossa presidente demonstrou conhecimento de causa, domínio das palavras e de opiniões para solucionar os impasses que afligem o campo. O Piauí se sente envaidecido pela escolha muito oportuna e trouxe o que estávamos precisando, demonstrou que a CNA acompanha e é capaz para representar todos os segmentos da produção rural. Aqui se encontravam dentre mais ou menos 500 pessoas, criadores de gado de leite e de corte, caprinos e ovinos, ovinocultores, piscicultores, apicultores, plantadores de cana e usineiros, plantadores de soja, algodão, milho e feijão, plantadores de caju e eucalipto, hortifrutigranjeiros e os parceiros trabalhadores rurais, através da Diretoria da FETAG, o Governador, 3 (três) Senadores, 4 (quatro) Deputados Federais, vários Deputados Estaduais, Prefeito de Teresina, Vereadores e dezenas de Prefeitos. Foi um acontecimento que marcou, notabilizou e deu nome e conceito as nossas instituições. Aceite um forte abraço deste companheiro de lutas e admirador. Aproveitamos o ensejo, para renovar protestos de maior apreço e especial consideração. Atenciosamente, Carlos Augusto Melo Carneiro da Cunha, Presidente”.*

Renda agrícola de 2009 reage e pode cair menos do que o esperado

A estimativa de março indica que a renda agrícola pode atingir o valor de R\$ 153,84 bilhões, 4,45% abaixo da obtida em 2008, que atingiu R\$ 161 bilhões. Os valores de 2008 e de 2009 são os maiores desde 1997, quando foi iniciada a série. Em janeiro, os dados indicavam queda de 8,8%, em valores reais (já descontada a inflação) e, em fevereiro, perda de 6,2%. O acompanhamento da renda agrícola é realizado mensalmente pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Os levantamentos da Conab e do IBGE divulgados, mostraram que a produção de itens como arroz, milho, soja e cana-de-açúcar, será maior do que se esperava. Segundo o Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico do Mapa, José Garcia Gasques, as novas estimativas refletiram no valor da renda, especialmente na soja, que indicavam redução de 9,2%, em janeiro. Para março de 2009, o aumento real previsto é de 1%. “Do mesmo modo, havia previsão de redução de renda para a cana-de-açúcar, o que não deve ocorrer pelos dados de março”, afirma Gasques.

Os produtos que devem apresentar aumento de renda em relação a 2008 são amendoim (43,78%), arroz (23,38%), cacau (22,1%), pimenta-do-reino (18,72%), mandioca (13,17%), cana-de-açúcar (5,63%) e soja (1%). Dos vinte pesquisados, dez apresentaram desempenho negativo e as maiores quedas, em relação ao ano passado, ficaram por conta do trigo (-29,6%), milho (-24,59%), algodão, (-22,14%) e tomate (-8,48%).

De acordo com o Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico, a renda agrícola regional, em fase de elaboração, será divulgada em breve.

CNA propõe mudanças em legislação ambiental

A preocupação com as dificuldades impostas pela legislação ambiental vigente para a produção rural foi discutida entre a Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Senadora Kátia Abreu, e o Promotor Público do Meio Ambiente do Ministério Público de Uberlândia, Fábio Guedes, durante encontro na sede do órgão na cidade mineira. Citando, um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que indica que apenas 30% do território nacional ficariam disponíveis para todas as atividades econômicas se a legislação fosse integralmente cumprida, a senadora defendeu discussões sobre a reforma do Código Florestal Brasileiro, que é de 1965, com base em argumentos científicos e com a participação de especialistas nos debates.

“Hoje, tudo é feito na base do achismo e de paixão pela ideologia, mas de paixão não resolveremos nada”, disse. Kátia Abreu afirmou que os produtores são os principais defensores da preservação do meio ambiente e destacou que o uso de tecnologias tem feito com a prática da agropecuária não leve a novos desmatamentos. “Se não fosse a tecnologia usada hoje, precisaríamos de 60 milhões de hectares a mais para produzir”, disse.

Ela informou ao promotor que um grupo de trabalho está discutindo proposta de alteração no código, a pedido do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que deverá ficar pronta em dois meses. Entre as propostas, defendidas pela senadora para mudar a lei, está o cômputo de Áreas de Preservação Permanente (APP) em áreas de Reserva Legal. Ela disse ainda ao representante do Ministério Público que o Congresso Nacional também tem defendido o tema.

Fábio Guedes concordou com as observações feitas pela senadora. “As discussões sobre o tema devem ter base científica”, afirmou. O promotor criticou também a falta de apoio ao setor, com políticas de financiamento da atividade e a falta de infraestrutura.



Frutas em alerta: A crise mundial que afeta o mercado desde o fim de 2008, aliada à quebra de safra de algumas frutas devido ao clima, prejudicou as exportações no primeiro bimestre do ano. "Tais problemas climáticos ocasionaram, por exemplo, redução de 30% dos volumes de banana exportados no ano passado quando comparados com 2007, retração que se mantém neste início de ano" afirma Moacyr Saraiva Fernandes, presidente do Ibraf (Instituto Brasileiro de Frutas). A maioria das culturas frutícolas apresentou queda nas exportações, com destaque para o melão e o mamão. O melão, que diminuiu seu volume de exportação em aproximadamente 15%, foi afetado principalmente pelo aumento dos fertilizantes e fretes marítimos. O mamão papaia iniciou os dois primeiros meses do ano com déficit de 9,11% em volumes enviados ao exterior e quase 20% em valor. Para Roberto Pacca, diretor-presidente da Agra Produção e Exportação Ltda., as principais causas para esse resultado são as dificuldades que o produtor encontra em situações de crise. A maçã é a única fruta que apresentou saldo positivo.



Milho transgênico brasileiro não deve enfrentar rejeição: A partir desta safra, o produtor terá que segregar sua colheita, para poder negociar preços diferenciados para o milho transgênico e convencional. O novo mercado a ser explorado pelas sementes geneticamente modificadas (GM) do cereal foi avaliado pelos pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea - Esalq/USP), Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho e Lucílio Rogério Alves. Para eles, "os resultados obtidos pelos produtores determinarão a velocidade da difusão da nova tecnologia". A pesquisa levou em consideração as legislações vigentes em países importadores do grão e de carnes do Brasil, além dos principais segmentos consumidores de milho no mercado interno. A exemplo da soja transgênica, para o Cepea, o milho geneticamente modificado também não deve encontrar resistência no mercado doméstico "e, conseqüentemente, das redes de comércio varejista e processadores de alimentos em relação à adoção do milho GM".



Exportações do campo crescem; superávit cai: Impulsionadas pelos bons desempenhos da soja, do complexo sucroalcooleiro e sucros de frutas, as exportações do agronegócio brasileiro voltaram, em março, a apresentar aumento de receita na comparação com o mesmo mês de 2008, interrompendo a tendência de queda de janeiro e fevereiro. Segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior), no total os embarques renderam US\$ 4,791 bilhões, 0,3% mais que em março do ano passado. As importações cresceram 15,6% na comparação, para US\$ 968,5 milhões, e com isso o superávit ficou em US\$ 3,823 bilhões, 2,9% menor. O complexo soja (grão, farelo e óleo) voltou a liderar os embarques do setor, com US\$ 1,37 bilhão em março, 40,9% mais que no mesmo mês de 2008. Em grande parte por causa da queda dos preços, as exportações de carnes caíram 15,3%, para US\$ 914,1 milhões, e voltaram para o segundo lugar no ranking. Também caíram os embarques de produtos florestais e açúcar e álcool ganharam terreno. No primeiro trimestre, as exportações do agronegócio brasileiro alcançaram US\$ 12,595 bilhões e foram 9,4% menores que em igual intervalo do ano passado.

ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

Resumo da reunião de 14 de abril de 2009

Tema: A Experiência das Câmaras Setoriais como Indutoras do Desenvolvimento dos Setores: Avanços e Perspectivas.

Palestrantes: João Teixeira Júnior, representante da Câmara Setorial da Fruticultura; João Alberto Bessa Júnior, Presidente da Câmara Setorial do Leite; Cristiano Peixoto Maia, Presidente da Câmara Setorial do Camarão.

O Sr. Gerardo Angelim abriu a reunião justificando a ausência do Dr. Torres de Melo, que se encontrava em Brasília, compôs a Mesa e passou a coordenação dos trabalhos ao Sr. João Nicélio Alves Nogueira, Presidente da OCB/CE, que agradeceu a deferência e passou a palavra imediatamente ao Sr. Cristiano Peixoto Maia, que iniciou falando da importância do convite para falar sobre a câmara setorial do camarão. Informou que as câmaras setoriais foram ideia da Adece e já contemplam diversos setores, um deles, o camarão, cuja câmara setorial visava atuação integrada do segmento e o desenvolvimento sustentável do setor e era composta por 23 representantes da cadeia produtiva, com reuniões todas primeiras terças-feiras de cada mês, em que órgãos do governo entravam para assessorar, retirar entraves para que as coisas acontecessem. Falou que a câmara setorial do camarão era composta por cinco pólos, entre eles os Pólos do Coreaú, Baixo e Médio Jaguaribe, Acaraú e tem realizado diversas ações, entre elas: reunião com o Procurador Geral da Justiça para tratar da ação do MPF contra o Estado do Ceará com relação aos licenciamentos realizados pela Semace;

encontro com a presidência da Assembleia Legislativa para encaminhamentos da lei da carcinicultura do Estado do Ceará; reunião com a Cogerh contra a ideia da cobrança da água salobra para a carcinicultura. Deu alguns números da câmara: 180 produtores, numa área de 5.645 hectares, com média de 31,36 hectare por produtor, gerando 10 mil empregos diretos em 21 municípios. Forneceu número de hectares cultivados por fazendeiros, ressaltando que a grande maioria é de pequenos e médios produtores, sendo apenas 23 grandes e que em 2003, 80% da produção ia para exportação e que hoje 90% ficava no mercado interno, com média 3.600kg/hectare/ano. Finalizou apresentando as demandas principais do setor, com a finalidade de agregar valor à produção e colocando-se à disposição para esclarecimentos. O segundo palestrante, Sr. João Teixeira Júnior iniciou sua apresentação dizendo que muitos problemas são comuns às diversas câmaras, que a câmara setorial da fruticultura também tinha problemas com a Semace. Disse que a câmara setorial era a forma de um grupo que tinha problemas e ideias comuns se reunir e



discutir informalmente e que isso fazia com que as coisas acontecessem, ressaltando o empenho do Sr. Francisco Zuza em relação ao sucesso de todas as câmaras setoriais. E ressaltando, ainda, a importância da convivência no Agropacto para a reunião e união do grupo da câmara. Enumerou ações da câmara da fruticultura, com reuniões freqüentes, almoço às segundas-feiras; projeto das frutas temperadas (pêra, mangustão, cacau, etc.), que nasceu dentro da Frutal; pesquisas, etc. Finalizou reforçando que a câmara era uma das ações mais importantes que nasceram no Agropacto. O terceiro palestrante, Sr. João Alberto Bessa Júnior disse que a câmara setorial do leite era composta por 23 instituições participantes, entre elas a Embrapa, o BNB, a Universidade, e conseguem multiplicar o esforço e avançar. Enfatizou que o maior gargalo era o Sindicato dos Produtores de Leite com o Sindicato das Indústrias e em todas as reuniões da história do setor, nunca conseguiram avançar de forma consistente por esse motivo. Disse que conseguiram avançar na criação dos grupos temáticos: preparação do custeio pecuário e nas questões da tributação, além da tentativa de equalização do Conleite. Apontou como única vitória concreta, o aumento do preço do leite no Programa Fome Zero, para o qual fornecem 50 mil litros/dia e que aí entenderam realmente a importância da câmara. Finalizou dizendo que o Governo do Estado, o Secretário Camilo entendeu realmente a importância de resolver a questão da aftosa. Passou a palavra ao Sr. José Alves Teixeira, do Banco do Nordeste, que falou sobre a sua experiência com o grupo temático do custeio pecuário, de forma a reduzir o custo da produção, já que na ponta o preço era o mercado que definia. Disse que o grupo foi composto pelos representantes da bacia leiteira, pelo presidente do Sindicato dos Produtores de Leite, entre outros. Partiram da experiência do Programa Gera Leite, de Quixeramobim e fizeram diversas reuniões nas diversas regiões, explicitando as estratégias de atuação e que já tinham diversas demandas de custeio sendo analisadas, passando a enumerá-las.

Debates

O Sr. Coordenador João Nicélio abriu os debates parabenizando os palestrantes e passando a palavra ao Sr. José Trajano, que falou sobre as dificuldades acerca de licença ambiental e do absurdo que isso constituía. O Sr. Edmar Vieira chamou a atenção para o município de Jaguaribe; perguntou por que não discutir o caju na câmara setorial da fruticultura e por que a Univale não pensar o leite também; o Sr. José Sobrinho disse que as câmaras têm condições de fazer mais, mas nem sempre o setor produtivo favorecia e justificou o número de presentes à reunião de Iguatu. Entre outras observações. O Sr. João Teixeira respondeu: que existiam setores mais fáceis de organização por serem

menores, mas setores mais tradicionais como o caju, os ovinos, etc., que foram fundados do extrativismo, eram mais difíceis, mas a Univale tinha interesse, apenas de começar pelo mais fácil e que as câmaras setoriais vieram para fechar aquele tipo de lacuna; que em breve seria necessária a constituição de uma associação das câmaras setoriais. O Sr. Cristiano Maia fez algumas considerações e informou que estavam realizando o segundo congresso aquícola do Ceará, dias 17 e 18/4 e durante o evento estaria se realizando a reunião da câmara do camarão. O Sr. João Jorge Reis, presidente da Aceav ficou feliz em ver do que é capaz uma câmara setorial, que era a construção do futuro, dando oportunidade de interlocução do setor produtivo, o institucional e outros, e que a avicultura também tinham problemas comuns aos enumerados nas três câmaras apresentadas. O Sr. José Augusto A. Ponchet, contou a sua experiência em chegando ao Instituto Agropólos. O Sr. Francisco Férrer pediu mais considerações a respeito de sua afirmação de um campo de futebol ter virado mangue e sugeriu trabalhar em adequar as 180 fazendas e fazer exigência na adesão e instalação de novas, entre outras observações. O Sr. Bessa Júnior disse que precisam avançar na proposta da associação junto com grupos de produtores, pois já surgiram experiências interessantes depois das reuniões realizadas nos municípios. O Sr. João Jorge Reis e o Sr. José Alves Teixeira fizeram algumas complementações às perguntas feitas e respostas dadas pelos palestrantes. O Sr. Cristiano Maia disse que não houve mais adesão de nenhuma nova fazenda no Estado do Ceará e que apesar disso, a produção tem crescido, pelo crescimento da demanda; que divulgou pouco as coisas boas da carnicultura; que a água utilizada pela carnicultura é devolvida de melhor qualidade. O Sr. Arthur dos Santos Júnior falou da experiência de participação do Banco do Brasil nas câmaras setoriais. O Sr. Vítor Hugo falou sobre formas de aprimoramento desse mecanismo importante de interlocução (câmara setorial), como a rotatividade do local das reuniões, por exemplo, realizando uma reunião da câmara setorial do camarão dentro do Ibama. O Sr. Coordenador disse que a câmara do leite fazia reuniões itinerantes. Para finalizar a reunião, o Sr. Coordenador passou a palavra ao Sr. Francisco Zuza, que agradeceu as considerações ao seu respeito e disse que considerava uma missão. Fez uma retrospectiva sobre a criação das câmaras e disse que era um ambiente sem dono, que a câmara era o próprio setor e todos tinham interesse comum. Fez mais algumas considerações, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.